

MULTIRREPETÊNCIA, EM BUSCA DE ALTERNATIVAS

1. INTRODUÇÃO

Diante dos altos índices de evasão e de repetência que ainda atingem a escola pública, percebemos a necessidade de se empregarem maiores esforços e recursos para possibilitar o enfrentamento dessa situação. Os resultados das avaliações realizadas nas escolas públicas demonstram de forma acentuada o déficit de aprendizagem dos alunos no que se refere à leitura, interpretação, produção textual, e resolução de situações-problemas. Isto se confirma quando os alunos, em razão das dificuldades de leitura e produção de escrita, têm pouco acesso aos diversos gêneros textuais como também à prática exercida pela escola que relega a produção textual a terceiro plano, priorizando o estudo da gramática e o treino ortográfico. Assim, nas ocasiões em que realizam as atividades de produção textual, o aluno não se sente livre para levantar suas hipóteses para construção do seu próprio texto. O mesmo acontece no que se refere às resoluções de situações-problemas com as operações fundamentais – aqui, o saber matemático para o aluno se apresenta com um conjunto de conceito e definições, afastando-se muito da matemática construída pela humanidade, imbuída de muitos significados, e diretamente ligada às necessidades de vida.

Ensinam-se os conceitos e, através desses, espera-se que o aluno se aproprie e dê as respostas esperadas. Podemos, neste sentido, começar a pensar sobre as dificuldades de aprendizagem pelos acertos dos alunos. Assim, experimentando alguns sucessos, podemos abrir uma porta para construção de um vínculo positivo com as demais áreas da aprendizagem que nosso aluno precisa aprimorar. Neste sentido, cabe buscarmos descobrir os talentos dos nossos alunos e concentrarmo-nos neles.

Contudo, o enfrentamento do fracasso escolar e dos problemas educacionais não se dará como num “passe de mágica” ou por Decreto. É preciso que os envolvidos no processo pedagógico reflitam sobre os elementos históricos que ajudam a compreender esse fenômeno e as relações existentes com os condicionantes sócio-econômico-políticos e culturais. O professor deve, ainda, adaptar a sua linguagem utilizada em sala de aula, pois pode haver diferença de cultura entre professor e alunos, algo que, sem dúvida, acaba gerando conflitos e dificuldades de comunicação e conseqüentemente problema na aprendizagem. Para

Vygotsky (1993), todos os seres humanos são capazes de aprender, mas é necessário que adaptemos a nossa forma de ensinar.

Ao analisarmos o fracasso escolar, contextualizando-o historicamente, é possível observar que os seus determinantes têm sido atribuídos muito mais aos fatores internos à criança, colocando em segundo plano os fatores externos à escola. No entanto, bem sabemos que as práticas pedagógicas exercem um papel fundamental nas condições de educabilidade da criança, questão pouco discutida entre os educadores. Vamos refletir um pouco: como agimos diante das aprendizagens dos alunos das nossas escolas públicas? O que parece mais comum, na verdade, é que se preste mais atenção às dificuldades, pois elas saltam aos olhos com muito mais evidências do que as potencialidades.

Segundo Blin (2005), sem subestimar o efeito de fatores externos à escola, várias pesquisas sobre a eficácia do ensino têm demonstrado a influência dos professores e da maneira como conduzem a ação pedagógica, não somente sobre a forma como se dá a aprendizagem dos alunos, mas também sobre o modo como se comportam em aula.

O que acontece quando o docente se esquece de que a escola é um universo heterogêneo, tal como a sociedade? Devemos ter em mente que nem todos aprendem da mesma maneira, mas cada um faz ao seu ritmo e conforme seu nível. Precisamos criar novos contextos que se adaptem às individualidades dos alunos partindo dos conhecimentos que cada um apresenta, bem como de suas potencialidades, e não de suas dificuldades.

Nesse sentido, Nagel (1989) afirma: “A escola não pode esperar por Reformas Legais para enfrentar a realidade que lhe afoga”. Além do mais, a atitude de esperar “por decretos” reflete o descompromisso de muitos e a responsabilização de poucos com aquilo que deveria ser transformado (NAGEL, op.cit, p.10). Em outras palavras, a escola tem uma vida interior que, sem ser alterada por códigos legislativos, pode trabalhar com o homem em nova dimensão, bastando para isso que seus membros se disponham a estabelecer um novo projeto de reflexão e ação.

Patto (1999) formulou importantes contribuições no sentido de romper com o estigma de que fracasso é culpa do aluno ou de sua família e alerta mais sobre a presença dos determinantes institucionais e sociais na produção do fracasso escolar, do que problemas emocionais, orgânicos e neurológicos. Neste sentido, rompeu esta autora com aquelas visões psicologizantes, ou da carência cultural, que se tornaram comuns nas falas e nas práticas entre os educadores e nas políticas

oficiais. Entendemos que as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, o que requer que sejam revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: relação professor-aluno; metodologia de trabalho do professor; currículo; avaliação e gestão escolar. Essa reflexão não pode perder de vista a especificidade do trabalho escolar.

Considerando o que acabamos de expor e cientes da problemática de aprendizagem que diagnosticamos com os alunos em relação à leitura-escrita e às operações fundamentais, é que pensamos em desenvolver um projeto de intervenção pedagógica para minimizar os problemas de aprendizagem dos alunos da escola-campo que recebe os estagiários da Escola Normal Estadual para a realização do estágio curricular. Neste sentido é que nos propomos aos seguintes objetivos:

1.1 Geral: Desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos a compreensão da leitura, da escrita do cálculo propondo a criação de situações problemas estimulando o aparecimento de diferentes soluções.

1.2 Específicos:

- Permitir que os alunos realizem atividades com as operações fundamentais de modo a promover os três níveis do conhecimento, isto é, mental, experimental e operacional, para, assim, sanar as dificuldades de interpretação e de resolução de problemas, mediante o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático criando desafios;

- Estimular o raciocínio lógico e a imaginação criativa, mediante a leitura e interpretação, para a promoção da escrita e o uso dos diferentes níveis de linguagem, a exemplo de atividades como contação de histórias, dramatização de histórias e contos trabalhados com alunos, complementação de histórias lacunosas dentre outras;

- Resolver situações-problemas e construir, a partir delas, os significados das operações fundamentais, buscando reconhecer que uma mesma operação está relacionada a problemas diferentes e um mesmo problema pode ser resolvido pelo uso de diferentes operações.

2. METODOLOGIA

Iniciamos no mês de março o procedimento metodológico para a implementação do projeto com a apresentação da proposta aos alunos estagiários da disciplina Memorial e Presencial. Diante da aceitação dos estagiários em

participar da execução do projeto, começamos nosso trabalho estudando teóricos que dessem sustentação à proposta, a exemplo de Jean Piaget, Vygotsky, Emília Ferreiro, Ana Teberosk, Patto, Weiss, Pain, Perrenoud, os PCNS, dentre outros.

Planejamos as ações e iniciamos o processo com a avaliação diagnóstica inicial. As avaliações foram realizadas com 41 (quarenta e um) alunos assim distribuídos: a) 2º ano, seis alunos; b) 3º ano, dezesseis alunos; c) 4º ano, nove alunos, e d) 5º ano, dez alunos, sendo todos com extremas dificuldades de aprendizagem.

Propomos para a avaliação dos alunos do 2º ano as seguintes atividades: leitura de sílabas simples, leitura do próprio nome, escrita das sílabas, identificação das letras do alfabeto e do próprio nome, entre outras atividades. Cabe dizer que nenhum dos alunos do 2º ano conseguiu realizar as atividades propostas; já para os alunos do 3º ano realizamos leitura em voz alta de um texto simples, além de realizar um treino ortográfico de palavras simples e outro de um pequeno texto; para este caso, apenas três alunos realizaram as atividades. Na verdade, o treino ortográfico tinha como objetivo analisar a escrita ortográfica, enquanto que a leitura de um pequeno texto tinha como finalidade avaliar a pontuação e a segmentação textual. Quanto à leitura em voz alta, propúnhamos avaliar a fluência da leitura dos alunos. Dos alunos que participaram destas atividades, apenas dois conseguiram realizar parte das atividades propostas.

Para os 4º e 5º anos, seguiu-se a mesma proposta, mas o resultado tampouco foi animador. Em relação à matemática, trabalhamos com as quatro operações fundamentais com os alunos do 3º, 4º e 5º anos. Com as crianças do 2º ano, iniciamos as atividades de matemática com sequência numérica de 1 a 10, adição simples, ideia de quantidade, identificação dos números e atividades de raciocínio lógico matemático. Ademais, para os mesmos alunos do 3º, 4º e 5º anos, iniciamos as atividades com cálculo mental, problemas de simples resoluções com as operações fundamentais. Eles também não conseguiram realizar as atividades de nenhuma das formas propostas.

Com a análise dos resultados das avaliações, elaboramos nossas ações por séries e dificuldades afins. Partimos, pois, para as ações que julgamos necessárias, quais sejam:

- Delimitação do conteúdo a ser trabalhado;
- Proposta metodológica;
- Elaboração das atividades;

- Seleção e construção dos recursos materiais necessários;
- Preparação dos estagiários com apoio teórico e planejamentos.

Com a proposta elaborada e as ações planejadas, finalmente iniciamos a ação docente com os alunos.

Decidimos que, em todos os encontros com os alunos, trabalharíamos ditados e leitura em voz alta, além de ditado de palavras simples e complexas para trabalhar a ortografia. Após cada ditado, os alunos faziam a auto-correção mediada pelos estagiários. Esta mediação buscava retirar de cada aluno a resposta adequada para a questão. Cabe dizer que, em todas as atividades propostas, neste período de nove meses, o tempo de resposta de cada criança foi respeitado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que nossas ações não foram em vão, uma vez que os alunos responderam satisfatoriamente às atividades propostas. Os objetivos a que nos propusemos nos certificou que é possível a inclusão de todos os alunos no processo de compreensão leitora, de compreensão textual, do cálculo se estimulados a prosseguirem na caminhada, sentindo-se capazes e inseridos no processo do qual estavam excluídos e sentenciados, mais uma vez, à repetência. Os resultados da avaliação diagnóstica final, realizado no mês de dezembro, foram: das 41 crianças só duas não conseguiram atingir fluência na leitura e na escrita, mas, mesmo assim, conseguiram identificar palavras simples e a escrita do próprio nome. Por sua vez, no que se refere às atividades de matemática no processo de avaliação final, 100% dos alunos conseguiram realizar todas as atividades propostas, o que confirma que, quando confiamos no potencial das crianças e temos a certeza de que também somos capazes de modificar o quadro do fracasso escolar, ainda é possível se fazer uma escola pública de qualidade.

4. REFERÊNCIAS

- BLIN, Jean-Francois. **Classes difíceis: ferramenta para prevenir e administrar os problemas escolares**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- NAGEL, Lízia. **Avaliação, Sociedade e Escola: fundamentos para reflexão**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 1989.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- VIGOSTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.